

## A Terapia Cognitiva de Aaron Beck como Reflexividade na Alta Modernidade: Uma Sociologia do Conhecimento

Cláudio Ivan de Oliveira<sup>1</sup>  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Instituto Superior de Teologia Luterana (ISTL)  
Anderson Clayton Pires  
Instituto Superior de Teologia Luterana (ISTL)  
Timoteo Madaleno Vieira  
Faculdade Alfa

**RESUMO** - Uma sociologia do conhecimento interpreta a produção do conhecimento como vinculada a situações sociais. Partindo dessa premissa epistemológica, nosso artigo objetivou interpretar a terapia cognitiva de Aaron Beck como conhecimento construído e construtor do fenômeno de reflexividade da alta modernidade, conforme interpretada por Anthony Giddens. Nossa hipótese é que a reorientação do sistema de crenças do cliente, proposta pela terapia cognitiva, é uma forma de reconstrução reflexiva da autoidentidade, visando superar conflitos típicos da instabilidade da alta modernidade. Assinalamos aspectos na terapia cognitiva que a identificam com a reflexividade, sobretudo a ideia de que a construção da autoidentidade é uma tarefa na qual o indivíduo se engaja reflexivamente.

**Palavras-chave:** terapia cognitiva; reflexividade; alta modernidade; epistemologia da psicologia; sociologia do conhecimento.

## The Aaron Beck Cognitive Therapy as Reflexivity in High Modernity: A Sociology of Knowledge

**ABSTRACT** – A sociology of knowledge interprets the knowledge production as tied to social situations. Leaving from this epistemological premise, our paper objectified to interpret the Aaron Beck cognitive therapy as a knowledge that is both constructed and constructor of the phenomenon of reflexivity in high modernity, as interpreted by Anthony Giddens. Our hypothesis is that the reorientation of the customer's beliefs system, proposed by the cognitive therapy, is a form of reflexive reconstruction of self-identity aiming to surpass typical conflicts of the instability in high modernity. We designate some aspects in the cognitive therapy that identify it with reflexivity, over all the idea that the self-identity's construction is a task in which the individual engages reflexively.

**Keywords:** cognitive therapy; reflexivity; high modernity; epistemology of psychology; sociology of knowledge.

A proposta de uma sociologia do conhecimento notabilizou a ideia de que “todo ‘conhecimento’ humano desenvolve-se, transmite-se e mantém-se em situações sociais” (Berger & Luckmann, 1966/1985, p. 14). Essa tese inclui o conhecimento científico (Merton, 1949/1970), cuja produção não pode ser compreendida exclusivamente a partir das movimentações epistemológicas internas à ciência, como, por exemplo, as discussões metodológicas e os resultados de pesquisas empíricas. Uma sociologia do conhecimento contribui para uma interpretação mais abrangente e crítica do conhecimento científico, revelando que este não pode ser explicado a partir da postura metodológica alimentada na ciência moderna desde Descartes (1637/1996) e hipertro-

fiada no neopositivismo vienense<sup>2</sup> (Carnap, 1936/1975). De acordo com essa postura, o conhecimento seguro se constrói a partir do método, conceito que remonta ao grego *hodos* (caminho), usado por Parmênides de Eléia (versão de 2000) em B2,2, em sua pergunta sobre um método de investigação para chegar à verdade (*aletheia*). A metodolatria é uma postura epistemológica que dificulta o alargamento do horizonte interpretativo da epistemologia da psicologia.

Mais complexo do que supõe uma postura metodolatra, o conhecimento científico, especialmente no contexto da modernização reflexiva (U. Beck, 1995/1997), reflete e constrói uma nova ordem social, denominada por Giddens

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: Rua 24, nº 245, Ed. Miguel Jorge, Apto. 604, Setor Central. Goiânia, GO. CEP 74.030-060. Fone: (61) 2250017. E-mail: claudioivan.psi@ucg.br.

<sup>2</sup> Descartes propôs a redução da incerteza na metódica de afastamento sujeito-objeto, confiança levada adiante pelo neopositivismo vienense na caracterização da ciência a partir do refinamento metodológico-linguístico, compreendendo que o significado do enunciado científico é o método para sua verificação, direcionando esta tese para a realidade empírica, combatendo toda referência metafísica.

(1990/1991) de alta modernidade. Partindo da premissa epistemológica de uma sociologia do conhecimento, nosso artigo tem o objetivo de interpretar a terapia cognitiva de Aaron Beck como uma produção de conhecimento que se insere, reflete e produz o fenômeno denominado de 'reflexividade da alta modernidade' por Giddens (1990/1991, 1999/2002), conceito que será explicado mais adiante. A escolha da terapia cognitiva de Aaron Beck se justifica pelo fato de que ela tem se notabilizado no cenário da psicologia contemporânea nos EUA, o que pode ser evidenciado a partir do grande interesse que tem despertado naquele país, flagrado em sua ampla produção bibliográfica. No contexto de alguns países europeus e latino americanos, a terapia cognitiva também tem chamado a atenção da psicologia. No Brasil encontramos indícios desse interesse como, por exemplo, a presença de diversas traduções para a língua portuguesa de obras sobre terapia cognitiva (J. S. Beck, 1995/1997; Beck, Freeman & Davis, 2004/2005).

Nossa hipótese é que a proposta de reorientação do sistema de crenças, presente na terapia cognitiva de Aaron Beck (J. S. Beck, 1995/1997), é uma forma de reconstrução reflexiva da autoidentidade baseada na reinterpretção da autobiografia do cliente. Tal reinterpretção visa a colonização do futuro com objetivo de produção de esperança, superando a visão determinista negativa típica das crenças disfuncionais. Nesse sentido, a terapia cognitiva de Aaron Beck se constitui como um sistema especializado de conhecimento que oferece recursos para a reconstrução da identidade, de forma a superar conflitos típicos de um contexto de instabilidade da alta modernidade. Assim sendo, interpretar a terapia cognitiva como forma de conhecimento típica do contexto de reflexividade da alta modernidade é uma via importante para compreender sua relação com o contexto social contemporâneo.

Com o objetivo de esclarecer e fundamentar nossa hipótese, este artigo foi dividido em duas partes. A primeira apresenta aspectos importantes da interpretação de Giddens (1999/2002) acerca do contexto de reflexividade típico da alta modernidade. A segunda parte apresenta uma interpretação da terapia cognitiva de Aaron Beck como um sistema especializado de conhecimento que atende às demandas de reflexividade da alta modernidade.

### **A Alta Modernidade como Contexto de Reflexividade**

A modernidade se relaciona à promessa Iluminista acerca das potencialidades da razão instrumental como capaz da construção de uma sociedade que procura a plenificação do homem. Essa plenificação é operacionalizada mediante a racionalização política e a tecnologia produtora do controle como um valor da ciência. Bauman (1999) denominou esse primeiro momento da modernidade de modernidade sólida, caracterizado pela fé na possibilidade de destruir a ordem social imperfeita, substituindo-a por um novo modelo produzido pela razão instrumental, um novo sólido, uma nova ordem social pretensamente perfeita e duradoura. O fascismo, a revolução russa e a filosofia do progresso de Herbert Spencer (1820-1903) são exemplos das diferentes propostas da modernidade sólida.

Teorias da psicologia científica desenvolvidas na modernidade sólida afirmaram os ideais de um conhecimento aplicativo voltado para a predição e controle do comportamento no behaviorismo de J. B. Watson (1878-1958) (Watson, 1924/1970) e na proposta da programação do meio ambiente social do behaviorismo radical de B. F. Skinner (1904-1990) (Skinner, 1953, 1974, 1948/1978, 1981/1984, 1987). A dinâmica de grupo desenvolvida a partir da primeira metade do século 20 nos EUA (Cartwright & Zander, 1960/1967) apresentou o ideal de um conhecimento sobre os processos grupais que contribuiria para construção de uma tecnologia apta para o estímulo do progresso social. A dinâmica de grupo dedicou-se a problemas com relevância para a produção industrial e a política democrática, como a relação entre tipos de liderança e produtividade do grupo. Freud (1927/1978), revelando o veio positivista de seu pensamento, considerou a possibilidade de que o conhecimento científico poderia contribuir para a construção de uma nova sociedade da tecno-ciência na qual os grandes medos humanos, como as catástrofes naturais, as doenças e a morte, seriam superados ou aceitos com maior resignação, dispensando o apoio da religião, conceituada como ilusão.

Interpretando os ideais denunciados na modernidade sólida de Bauman, Giddens (1995/1997) observou que a modernidade foi marcada pela relação entre conhecimento e controle, pressupondo que quanto mais conhecimento, mais controle e mais condição de direcionar a ordem social e natural em favor do homem. No entanto, salientou Giddens (1995/1997), esse processo e intervenção sobre o mundo levou a uma consequência não planejada, a alta modernidade, marcada por amplo grau de descontrole e instabilidade. A alta modernidade, em sua característica de abertura e contingência em relação ao futuro, se estabeleceu não *apesar* do conhecimento acumulado sobre nós mesmos e sobre o ambiente social, mas *por causa* dele. A alta modernidade é compreendida por Giddens (1990/1991) como resultante da maximização do exercício dos postulados da modernidade, como consequência radicalizada, globalizada e não programada da modernidade. O problema do aquecimento global é um exemplo paradigmático desse processo.

Para Giddens (1999/2002), a alta modernidade, em contraste com a modernidade sólida<sup>3</sup> que depositava rigorosa confiança no saber tecno-científico, é caracterizada pelo ceticismo generalizado visto que os indivíduos estão sempre confrontados com diversos discursos especializados e frequentemente divergentes quanto aos mesmos aspectos interpretados. É notório que especialistas nas mesmas disciplinas, e em disciplinas diferentes, divergem em suas interpretações quanto aos mesmos problemas, o que impõe uma complexa relação entre dúvida e confiança no contexto de alta modernidade. A razão instrumental, encarnada na alta modernidade nos sistemas especializados de conhecimento, aparece como interpretação divergente sobre cenários futuros possíveis, marcados não pela previsibilidade relativamente

3 As teorias de Bauman e Giddens apresentam divergências, no entanto, valemo-nos aqui da convergência ao considerarem a globalização como potencializadora de abertura e contingencialidade, caracterizadas por Giddens a partir do conceito de alta modernidade e por Bauman no conceito de modernidade líquida, em contraste com o conceito de modernidade sólida em sua confiança no controle e previsibilidade.

segura almejada na modernidade inicial, mas pelo risco. Isso ficou claro na incerteza das discussões entre modelos econômicos que projetaram diferentes cenários para a atual crise financeira internacional, notabilizada com a declaração de quebra do banco *Lehman Brothers* em setembro de 2008, revelando que, em momentos de crise, a predição pode se tornar quase inatingível.

No âmbito da construção da autoidentidade individual, bem como das relações sociais, a alta modernidade impõe um cenário de escolhas e riscos, no qual a biografia individual é chamada a ser escrita e reescrita a partir de uma atitude reflexiva e consciente do indivíduo. Esse processo reflexivo de construção da identidade é uma novidade em relação a contextos pré-modernos, nos quais a presença de tradições mais ou menos hegemônicas fornecia relativa estabilidade para a construção da identidade dos indivíduos. No contexto de destradicionalização e pluralidade da alta modernidade, a construção da identidade tornou-se um problema com o qual os indivíduos têm que lidar em um mundo mutável. Como observou Bauman (2000/2001), os indivíduos perderam, pelo menos em grande parte, o amparo das instituições tradicionais, como o estado e as religiões institucionais, em seu processo de construção da identidade.

No que concerne à psicologia, especialmente à psicologia social, o ponto a salientar é que as transformações institucionais da alta modernidade tiveram um impacto sobre as relações sociais, desde as relações familiares, englobando a paternidade e a maternidade, até a sexualidade e as relações de amizade (Giddens, 1992/1993, 1999/2002). Esse impacto é interpretado por Giddens (1999/2002) como uma instabilidade nas relações sociais, marcadas pelo constante desafio à reconstrução reflexiva do autoconceito de eu. Um exemplo trabalhado por esse autor refere-se à crescente crise da separação conjugal. Em um casamento longo, o sentido de identidade de cada indivíduo se torna unido ao de outra pessoa e ao próprio casamento. Após a ruptura do casamento, cada pessoa deve encontrar outras imagens e raízes de independência para ser capaz de viver e enfrentar a segunda chance que o divórcio oferece. A crise gerada pela separação, segundo Wallerstein e Blakeslee (1989, citado por Giddens, 1999/2002), apresenta fatores como a dificuldade da pessoa olhar para o futuro e planejá-lo de forma realisticamente otimista, notadamente no que concerne à possibilidade de construção de uma nova relação. Esse papel de reorientação do autoconceito é frequentemente assumido na alta modernidade pelos sistemas especializados de conhecimento, dentre os quais se destacam as ciências humanas e sociais como a psicologia, a sociologia e a economia. Assim, a alta modernidade, enquanto um contexto destradicionalizado, é marcada pela construção reflexiva do eu, imposta pelas crises nas quais a tradição frequentemente não mais oferece orientação. A psicoterapia, bem como todas as formas de orientação e autoajuda são encaradas por Giddens como os mais intensos fenômenos da reflexividade na reconstrução reflexiva do autoconceito.

A crise de separação conjugal é um exemplo típico de um contexto social de instabilidade, que foi caracterizado por U. Beck (1995/1997) com o conceito de *risco*. Esse conceito chama a atenção para um traço fundamental do contexto social contemporâneo: a tarefa do planejamento calculado da

vida. Os indivíduos e instituições fazem escolhas calculando os riscos envolvidos nas consequências que decorrem dessas escolhas. Exemplo paradigmático do cálculo do risco são as companhias de seguro.

Esse contexto de reflexividade na construção da autoidentidade levou Giddens (1999/2002) a considerar os traços da trajetória do eu na alta modernidade como um processo que requer o engajamento reflexivo do indivíduo, no sentido de reinterpretar acontecimentos negativos do passado, produzindo novos significados que abram possibilidades de realização no futuro. Trata-se de “escapar à escravidão do passado e abrir-se para o futuro” (Giddens, 1999/2002, p. 71), o que implica o engajamento autoreflexivo, manipulando a autobiografia mediante uma intervenção corretiva no passado. Nesse sentido, a alta modernidade apresenta o indivíduo como um projeto reflexivo, no qual cada indivíduo é responsável pelo que se torna. A *colonização do futuro* é parte da construção reflexiva da autobiografia, visto que o futuro é colonizado a partir de uma projeção consciente que avalia riscos e possibilidades. Tal projeto exige a consciência acerca das várias fases da vida de maneira que a cognição torna-se ponto chave na tarefa de reinterpretação da autobiografia, bem como de avaliação do futuro. Giddens (1999/2002) salienta que a reflexividade tem que ser exercida continuamente porque a instabilidade da alta modernidade continuamente traz novos movimentos conflitivos para o indivíduo. Isso se revela nas constantes autoinvestigações que os indivíduos realizam ao longo de diversos momentos de suas *relações puras*, como é o caso de um casamento (Giddens, 1992/1993). O conceito de relações puras é usado por Giddens (1999/2002) para descrever a emergência de formas de relações sociais e de intimidade típicas da destradicionalização da alta modernidade, nas quais os critérios de estabelecimento e manutenção de relacionamentos como amizade, namoro e casamento se estabelecem a partir das satisfações internas ao próprio relacionamento, sem as âncoras externas típicas das relações em sociedades tradicionais. Em muitas sociedades pré-modernas, os casamentos eram programados pelas famílias e as relações de “amizade” se estabeleciam a partir de critérios como a solidariedade mecânica, na qual a lealdade mútua era, em muitos casos, mantida por relações práticas de patrimônio e sobrevivência. Diferentemente disso, na alta modernidade as relações puras são escolhas dos indivíduos envolvidos e se estabelecem a partir de critérios de satisfação interna mútua, podendo ser dissolvidas a partir de uma reavaliação do grau de satisfação para as partes. Assim, as relações puras são objeto da reflexividade na alta modernidade, o que possibilita a reavaliação do grau de satisfação e conflitos produzidos na relação, visando possíveis tomadas de decisão e reordenamentos, não estando descartada a possibilidade de dissolução da relação.

Uma característica flagrante da reflexividade é que ela se volta para o projeto de privatização da autorealização do indivíduo. Em uma sociedade antiescatológica (Bauman, 1997/1998) a felicidade se atualiza pela via do consumo, tendo caráter hedônico e intramundanizado de uma ética do prazer (Pires, 2009), deixando de ser projetada para um futuro trans-histórico. Assim sendo, a reflexividade projeta-se em direção à consideração da produção de satisfação nas relações puras e também em direção à recuperação da

condição produtiva do indivíduo, visto que a produtividade é pré-requisito para o consumo. Na sociedade em rede de Castells (1996/2005) a capacidade de circulação da informação em tempo real, bem como a instabilidade das relações econômicas, impõe a reciclagem constante da informação por parte de profissionais de diversas especialidades, em um mundo que exige a mobilidade cognitiva incansável que, se não for realizada satisfatoriamente, produz a exclusão do indivíduo da condição de competitividade. Nesse sentido, como salientou Bauman (2003/2004), cresce a demanda pela literatura de oferta de reflexividade sobre a construção de relacionamentos e a atualização de conhecimentos profissionais. Muito do sucesso da literatura de autoajuda pode ser compreendida nesse contexto.

Giddens (1999/2002) assinalou que, na alta modernidade, a escolha do estilo de vida é uma obrigatoriedade para os indivíduos. Casar-se ou viver um estilo mais descomprometido de relacionamento tornou-se uma escolha na qual são considerados os riscos. Isso gera possibilidades e angústias, pois, como ponderou Bauman (2000/2001, 2003/2004), a multiplicidade de escolhas continuamente ofertadas para os indivíduos gera ambivalência. Essa é sentida como angústia de estar frente a uma multiplicidade de escolhas sem ter um critério de orientação sobre o que fazer. Assim, a escolha do estilo de vida tornou-se objeto de investigação de especialistas de diversas áreas do conhecimento ou de charlatões, que assumiram a função de conselheiros profissionais representantes de sistemas especializados.

Uma conclusão sobre a teoria da reflexividade de Giddens é que há uma relação entre reflexividade e cura, visto que a reflexividade é uma forma de superação de angústias e situações de potencial desesperança, vivenciadas a partir de crenças negativas potencializadas em experiências destrutivas presentes no contexto instável da alta modernidade. Cabe agora indagar se a terapia cognitiva de Aaron Beck apresenta aproximações em relação ao que Giddens caracterizou como reflexividade.

### **A Terapia Cognitiva de Aaron Beck como Forma de Reflexividade**

A terapia cognitiva de Aaron Beck começou a ser desenvolvida no início da década de 60 do século passado (Beck, Rush, Shaw & Emery, 1979/1997). Tratava-se de uma terapia breve, estruturada, orientada para o presente, direcionada para resolver problemas atuais e modificar pensamentos e comportamentos disfuncionais (J. S. Beck, 1995/1997). A tese central da terapia cognitiva é que o funcionamento psicológico depende de crenças e esquemas, estes compreendidos como um sistema relativamente estável de crenças (J. S. Beck, 1995/1997; Beck & cols., 2004/2005). As crenças centrais funcionam como postulados que influenciam significativamente a interpretação das situações cotidianas e dos eventos do passado, bem como a projeção do futuro na forma de antecipações cognitivas (Reinecke, 2000/2004). A interpretação das situações vividas influencia o estado emocional, as condições motivacionais, as estratégias adaptativas (ou desadaptativas) e os comportamentos.

O conceito de crenças centrais se relaciona à autoidentidade visto que representa as ideias mais centrais da pessoa a respeito do *self*, a forma como a pessoa interpreta a si mesma e aos outros. No que tange ao aspecto patológico, as crenças centrais são descritas como disfuncionais quando levam a interpretações distorcidas da realidade, frequentemente geradoras de sofrimento e de estratégias desadaptativas (J. S. Beck, 1995/1997). As crenças centrais disfuncionais são frequentemente rígidas, imperativas e supergeneralizadas, impondo um caráter determinista à autoimagem do cliente, que pode se perceber subjetivamente como incapaz de realizar mudanças no seu funcionamento.

Quanto à sua origem, as crenças centrais começam a formar-se nas experiências da infância, sobretudo nas relações com pessoas significativas. Eventos críticos como situações de crise ao longo de toda a vida, como a perda de um ente querido, podem ativar crenças disfuncionais, tornando-as hipervalentes em relação a crenças funcionais (Dattilio & Freeman, 2000/2004). A influência de disposições filogeneticamente estabelecidas sobre os esquemas e crenças disfuncionais é admitida, como exemplificado pela presença de disposições extremas para fobias e dependência em relação a outras pessoas. No entanto, o caráter herdado de tais disposições não é compreendido como determinismo na teoria de personalidade e psicopatologia cognitiva de Aaron Beck, visto que os programas filogenéticos podem ser potencializados ou arrefecidos por condições na história de vida do cliente, bem como pelo exercício de sua reflexividade (Beck & cols., 2004/2005).

No que tange ao tratamento clínico, a terapia cognitiva enfatiza a despotencialização das crenças centrais disfuncionais, bem como a construção e potencialização de crenças funcionais (J. S. Beck, 1995/1997). A realização desse trabalho é muito complexa e sua descrição teórico-técnica detalhada não pode ser realizada no pequeno espaço deste artigo. Salientamos que não se trata de um trabalho puramente técnico-racional, mas depende de fatores como o estabelecimento de confiança na relação terapeuta-cliente (aliança terapêutica). Tal confiança, por sua vez, depende de fatores afetivos e da disposição do cliente no sentido de crer na competência profissional e até na pessoa do terapeuta. O estabelecimento dessa confiança depende de um processo artesanal muito relacionado à atitude do terapeuta, que deve englobar aspectos como, por exemplo, a competência compreensiva na comunicação terapeuta-cliente, interesse real pelo cliente e a valorização da participação ativa do cliente na terapia. Somente em um clima de confiança e atribuição de competência é que o cliente encontrará condições para manter sua disposição positiva para com a terapia.

A reconstrução reflexiva do sistema de crenças do cliente depende, dentre outros fatores, da habilidade do terapeuta em, à medida em que realiza a conceitualização cognitiva, identificar as crenças subjacentes ao funcionamento desadaptativo do cliente (J. S. Beck, 1995/1997). Outro fator importante é o sucesso em comunicar tais crenças ao próprio cliente, de forma que o cliente perceba a crença central como um *insight*, isto é, como autoconhecimento subjetivamente válido, no qual ele (o cliente) identifica sua dinâmica psicológica e a compreende. As crenças disfuncionais devem ser trazidas

para um foco consciente e submetidas a um teste de realidade. Tal avaliação se torna necessária porque as crenças disfuncionais, enquanto atuam como pano de fundo não refletido, geram uma interpretação distorcida da realidade. O processo de avaliação consciente da plausibilidade das crenças disfuncionais objetiva produzir uma interpretação menos distorcida e mais realista das crenças centrais disfuncionais. Tal processo permite ao cliente explorar novas possibilidades de interpretação sobre seu autoconceito e sobre outras pessoas.

A reflexividade imprimida pela terapia cognitiva é extrapolada da situação da sessão e aplicada ao cotidiano do cliente. Isso ocorre mediante as instruções do terapeuta, que orienta o cliente a estar atento a seus pensamentos automáticos e crenças intermediárias que são eventos cognitivos sob influência das crenças centrais. Assim, o funcionamento cognitivo do cliente se torna objeto de sua própria investigação, objetivando compreender a dinâmica da produção da desadaptação e, ao mesmo tempo, procurando alternativas de funcionamento. Nesse processo autoreflexivo se manifesta a intenção educativa da terapia cognitiva, visando uma autoterapia, de acordo com a qual o cliente assume o ideal de construção gradativa da autonomia, procurando tornar-se capaz de realizar independentemente o processo reflexivo que a princípio depende muito da colaboração do terapeuta. O processo de autoterapia é marcado pela habilidade de imprimir o processo que se apresenta na estruturação de cada sessão terapêutica, marcada pela identificação de um problema, busca de pensamentos subjacentes ao problema, avaliação realista da funcionalidade dos pensamentos e formulação de estratégias de atuação.

O tempo é reflexivamente articulado na terapia cognitiva. Apesar de ela estar voltada para o presente, a terapia cognitiva não dispensa a investigação sobre a origem histórico-familiar das crenças disfuncionais, procurando eventos significativos no passado. O futuro é explorado na compreensão de como o cliente o projeta. O conceito de esperança é recorrente na terapia cognitiva (Beck & cols., 1979/1997; Reinecke, 2000/2004; Williams, Van der Does, Barnhofer, Crane & Segal, 2008), visto que as crenças disfuncionais, devido ao seu caráter determinista e imperativo, podem levar a uma projeção desesperançosa do futuro, que pode chegar ao catastrofismo (Beck & cols., 2004/2005). Reinecke (2000/2004) afirma que casos de depressão são caracterizados por uma lembrança seletivamente negativa em relação ao passado. Casos de depressão com propensão ao suicídio são marcados pela sensação de que o presente é intolerável em seu grau de sofrimento, e que não há esperança de mudança positiva para o futuro. O fortalecimento de crenças geradoras de uma projeção esperançosa do futuro são prioridades nos casos de desesperança.

O leitor deve ter antecipado algumas das relações entre a proposta da terapia cognitiva de Aaron Beck e o conceito de reflexividade em Giddens. Como na reflexividade de Giddens, a terapia cognitiva chama o indivíduo a uma condição autoreflexiva, na qual a construção da autoidentidade é um projeto manipulável. Tal construção se dá mediante a análise e intervenção sobre as crenças centrais, diretamente relacionadas ao que Giddens chama de autoidentidade.

Fica claro também que a terapia cognitiva se apresenta como um sistema especializado de conhecimento, cuja função é oferecer possibilidades de superação para dilemas e conflitos para os quais, em uma sociedade destradicionalizada, muitas vezes o indivíduo não encontra respostas nas fórmulas tradicionais anteriormente úteis. A demanda social à qual a terapia cognitiva supre encontra-se no contexto de escolhas, riscos e possibilidades da alta modernidade, no qual as instituições tradicionais, como o estado e as religiões institucionalizadas, perderam muito de seu poder de apoio aos indivíduos. Um exemplo tácito do papel da terapia cognitiva como sistema especializado é sua aplicação ao casamento, cujo contexto de relação pura foi descrito acima. A dificuldade dos indivíduos em avaliar os riscos e possibilidades, bem como em administrar os conflitos inerentes ao desenvolvimento da relação, pode levar à busca por um especialista. O caráter reflexivo da terapia cognitiva aparece em sua proposta para casos de crises de casais (Dattilio & Padesky, 2000/1995; Epstein & Schlesinger, 2000/2004), divórcio (Granvold, 2000/2004) e famílias (Dattilio, 2000/2004), de ajudar os indivíduos a reelaborar suas crenças e esquemas acerca da relação e dos conflitos. Assim, a autoidentidade construída nas relações familiares, que em contextos pré-modernos poderia ser uma questão de herança, passou a ser uma questão de construção reflexiva das famílias e dos indivíduos. A vida familiar é um exemplo dentre infindáveis outros. O ponto a salientar é que a proposta da terapia cognitiva de Aaron Beck só pode ser compreendida, em seu surgimento, funcionalidade e sucesso, a partir de uma interpretação sociológica do contexto de reflexividade no qual ela se insere e produz.

Um ponto chave na antropologia da terapia cognitiva é que ela encara o indivíduo como um sujeito interpretante que, a partir de seus postulados-crenças, interpreta e age no seu mundo. Sendo um sujeito interpretante, o indivíduo pode atuar manipulando seus postulados-crenças, de forma a superar estados de sofrimento. Destarte, a terapia cognitiva mantém a relação entre reflexividade e cura típica da interpretação de Giddens.

A colonização do futuro aparece também de forma emblemática na terapia cognitiva. Isso se mostra na busca por reinterpretar experiências negativas passadas e reconstruir crenças geradoras de esperança. O uso do conceito de esperança denuncia o projeto de colonização do futuro a partir de uma reflexividade que procura gerar crenças que permitam uma avaliação realisticamente otimista, isto é, que considera possibilidades e riscos. Assim, o sujeito interpretante da terapia cognitiva é um rearticulador das relações temporais de passado, presente e futuro. Como observou Giddens (1990/1991), o tempo é objeto da construção reflexiva dos indivíduos na alta modernidade. A colonização do futuro, presente na terapia cognitiva, encarna a ruptura com o determinismo, típica da reflexividade da alta modernidade. Os indivíduos, em contextos pós-tradicionais, à medida que estão confrontados com escolhas de estilos de vida, não estão mais em uma realidade social dominada pelo conceito de destino (Giddens, 1999/2002). As disposições filogenéticas, que poderiam representar um determinismo herdeiro do conceito de destino predominante nas concepções pré-modernas, é encarado na teoria de personalidade da terapia cognitiva

como uma variável que pode ser potencializada ou despotencializada a partir das experiências e da atividade reflexiva do indivíduo (Beck & cols., 2004/2005).

Vale notar que o contexto de escolha e reflexividade, que pode parecer estimulante e libertador sob vários aspectos, apresenta-se também em suas implicações angustiantes, já que os indivíduos no contexto da alta modernidade enfrentam a obrigatoriedade de escolher e a necessidade de procurar socorro ao enfrentarem as contínuas situações de confusão e ambivalência geradas pela destradicionização. Destarte, a terapia cognitiva é reveladora das possibilidades e dos desconfortos da alta modernidade. Isto porque, como todo sistema especializado de conhecimento da alta modernidade, a terapia cognitiva tanto oferece orientação como também gera mais ambivalência para os indivíduos. Isso pode ser detectado no fato de que a terapia cognitiva está em competição com outros sistemas especializados de orientação, como, por exemplo, os outros sistemas de psicoterapia que também reivindicam legitimidade para suas interpretações e práticas. Toda competição entre sistemas especializados gera conflito entre interpretações e orientações de diferentes especialistas, o que se torna mais um dilema da alta modernidade para os leigos. Assim, a terapia cognitiva torna-se objeto da dinâmica de confiança e ceticismo típicos da alta modernidade. No confronto concreto entre terapeuta e cliente, as experiências e os postulados do cliente influenciam a dinâmica de ceticismo e confiança em relação ao terapeuta como representante de um sistema especializado de conhecimento. O próprio terapeuta, como todo especialista, não está livre da dinâmica de ceticismo e confiança, visto que ele opera a partir de um conhecimento interno ao sistema. Isso é notório no fato de que o terapeuta, em situações críticas, torna-se objeto da reflexividade de seu sistema especializado de conhecimento. Um exemplo desse caso é o trabalho de Miller (2000/2004), direcionado a ajudar terapeutas traumatizados, vítimas de crenças negativistas que podem gerar ceticismo em relação à validade do próprio sistema de conhecimento que eles representam enquanto especialistas. Assim sendo, a interpretação de fracasso do especialista ou do sistema especializado pode gerar a doença que reclama que o sistema especializado se volte sobre si mesmo como objeto de reflexividade.

O fato de a cognição ser uma ênfase da terapia cognitiva torna-se compreensível a partir da interpretação da sociologia do trabalho de Castells (1996/2005), para a qual a capacidade de processamento da informação tornou-se um valor da sociedade em rede. Para esse autor, o crescimento da inserção feminina no mercado de trabalho, acompanhada pelo aumento da escolaridade feminina, impõe a necessidade de disponibilidade de recursos cognitivos para mulheres que enfrentam a competitividade profissional na qual há exigência de recursos mentais para processamento de informação. Além do aspecto profissional, a ênfase na cognição como meio de reconstrução da autoidentidade adapta-se muito bem às exigências de uma modernidade líquida (Bauman, 2000/2001), na qual o cotidiano é marcado por mensagens confusas e contraditórias, exigindo dos indivíduos plasticidade para que sejam possíveis contínuas readaptações em sua autoidentidade.

A ascensão da terapia cognitiva, em comparação com a perda de espaço da psicanálise ortodoxa<sup>4</sup> como prática clínica, pode ser compreendida a partir da maior adaptação da primeira ao contexto de reflexividade. A ênfase da terapia cognitiva na cognição implicou a produção de uma antropologia com mais espaço para a plasticidade e autonomia do indivíduo na construção de sua autoidentidade que a psicanálise ortodoxa. Nas teses de Freud, o inconsciente como reprimido só pode ser trazido à consciência mediante um trabalho clínico frequentemente dispendioso, cuja duração não pode ser pré-estabelecida nem abreviada artificialmente (Freud, 1937/1976a). O conceito de crenças disfuncionais implica maior flexibilidade que o conceito do reprimido em Freud, que não pode ser trazido à consciência sem o trabalho analítico, visto que enfrenta a força da resistência (Freud, 1923/1976b). Já as crenças disfuncionais, embora operem frequentemente como influências não pensadas pelo cliente, podem ser trazidas, ao longo de um trabalho com duração frequentemente pré-estabelecida, para um plano de avaliação realística na consciência, visando reorganizações produtoras de superação. Nesse sentido, a terapia cognitiva se adapta bem ao contexto de uma sociedade reflexiva que exige plasticidade na autoidentidade e rapidez na produção de resultados, especialmente no âmbito da competitividade profissional, visto que o *khronos* tem valor imperativo. Tal problema de urgência cronológica e habilitação para a competitividade não dominou as preocupações das discussões iniciais de Freud sobre o tratamento da histeria (Freud, 1893/1976c), visto que ele lidava, nos cinco casos apresentados nesse estudo, com mulheres em uma sociedade caracterizada pela não inserção feminina na urgência cronológica da produtividade e competitividade do mercado de trabalho.

O distanciamento da terapia cognitiva em relação ao discurso do behaviorismo radical de Skinner<sup>5</sup> sobre um ambiente social planejado pode ser interpretada a partir da afinidade daquela com a alta modernidade e da afinidade deste com a modernidade sólida. Para o behaviorismo radical de Skinner, influenciado pelo contexto de modernidade sólida<sup>6</sup>, era fun-

4 Usamos a expressão “psicanálise ortodoxa” restringindo-nos às teses de Freud sobre a não delimitação do tempo do processo analítico. Isso implicou em uma dificuldade de adaptação do tratamento analítico ao contexto de reflexividade e sua exigência de manipulação da autoidentidade visando uma adaptação imediata e pragmática à competitividade profissional. Não temos a pretensão de discutir as tendências de adaptação do tratamento psicanalítico à exigência cronológico-pragmática contemporânea.

5 Com a expressão “behaviorismo radical de Skinner” queremos restringir nossa análise ao pensamento deste autor, considerando sua ênfase no planejamento cultural, pois o próprio Skinner (1974) reconheceu que não poderia falar em nome de todos os representantes do behaviorismo radical.

6 Moxley (2001, 1999) tentou contextualizar o pensamento de Skinner a partir de influências epistemológicas que ele classificou como “modernismo” e “pós-modernismo”. Tal classificação não deve ser confundida com a discussão sobre modernidade e pós-modernidade desenvolvida em nosso artigo, que se apoia na abordagem sociológica sobre este tema, interpretando-o como uma nova ordem social (pós-modernidade), diferentemente do pós-modernismo, que se refere a estilos ou movimentos no interior da literatura, artes plásticas e arquitetura (Giddens, 1991). Assim sendo, nossa identificação da influência do contexto de modernidade sólida sobre Skinner não pode ser confundida com a classificação de Moxley (1999, 2001), que identifica Skinner com modernismo e pós-modernismo, usando estes conceitos equivocadamente em sentido epistemológico.

damental a proposta de um controle que se operacionalizava a partir da organização do ambiente macrosocial (práticas culturais) como condição para a produção de uma nova ordem social marcada pelo aumento de probabilidade de sobrevivência da cultura (Dittrich, 2008; Skinner, 1953, 1974, 1948/1978, 1981/1984, 1987). Para a terapia cognitiva de Aaron Beck, a ênfase não é o controle como forma de reorganização programada do ambiente social, mas a reorganização dos fatores cognitivos internos, mudança identificada por Williams, Watts, Macleod & Mathews (1997/2000). A terapia cognitiva não propõe a formação de uma nova ordem social, mais sólida e duradoura, mas sim um indivíduo dotado de plasticidade em sua relação com um mundo social mutável e imprevisível, uma modernidade líquida (Bauman, 2000/2001) que não parece caminhar para um ponto de parada. Isso é significativo para a interpretação de que a terapia cognitiva é uma forma de conhecimento inserida na alta modernidade, visto que esta continua acreditando na capacidade humana de intervir sobre o mundo, mas duvida de que essa intervenção possa gerar um sólido duradouro. Na verdade, a alta modernidade é caracterizada pela constatação de que a intervenção humana sobre o mundo social e natural produz novas formas de instabilidade, frequentemente não previstas pelos agentes.

Deriva-se do que foi dito acima que a terapia cognitiva representa um projeto de privatização da autorealização. Em uma sociedade da alta modernidade, marcada pela relativização na atuação política em sentido tradicional (U. Beck, 1995/1997) e pela perda de força das instituições religiosas tradicionais, a autorealização do indivíduo deve ser assumida por ele como indivíduo. A reorganização cognitiva do indivíduo é uma potência privada para a autorealização, na qual o indivíduo crê encontrar um recurso manipulável ao seu alcance, que pode atuar de forma relativamente independente de uma macrocorreção nas condições políticas, econômicas ou culturais. Longe dos grandes projetos ideológicos de realização humana presentes na modernidade sólida, nos quais se pretendia criar uma reorganização controlada de um mundo social e “natural” estável (Bauman, 1999), a modernidade líquida reclama potências privadas para a autorealização. A terapia cognitiva revela um movimento de acomodação da psicologia à alta modernidade, na qual seus objetivos (da psicologia) dificilmente podem ser identificados com a produção de um controle socioambiental. Antes, a psicologia parece se identificar com a produção de recursos para reconstrução flexível de um sujeito social reclamante por potenciais privativos para a superação dos desafios de um mundo social em estado de descontrolo e instabilidade. Note-se que a alta modernidade impôs uma revisão do autoconceito da psicologia e seu sentido como ciência, antes predominantemente identificado com a modernidade sólida.

A alta modernidade é um contexto social que apresenta grande potencial de produção e alimentação de crenças disfuncionais. O contexto de instabilidade nos relacionamentos, marcado por fatores geradores de uma complexa dinâmica na relação entre segurança ontológica e ansiedade existencial (Giddens, 1999/2002), alimenta ansiedades típicas da alta modernidade. Castells (1996/2005) identifica a sociedade em rede como um ambiente social no qual cresce a sensação de incontrolabilidade: “Cada vez mais a nova ordem social, a sociedade em rede, parece uma metadesordem social para a

maior parte das pessoas.” (p. 573). Subjetivamente, tal sensação de metadesordem social se traduz em crenças disfuncionais acerca da competência e incompetência do indivíduo em lidar com as situações produtoras de sofrimento em seu cotidiano. Nesse sentido, cabe notar que a interpretação da terapia cognitiva sobre a origem das crenças disfuncionais mostra-se reducionista, enfatizando privilegiadamente fatores familiares na origem das crenças disfuncionais. Essa ênfase impossibilita para o terapeuta uma compreensão das amplas mudanças vividas nas relações familiares que estão vinculadas ao contexto da alta modernidade (Giddens, 1992/1993). Considerar o contexto de alta modernidade abre para o terapeuta cognitivo a oportunidade de avaliar de maneira mais ampla e compreensiva o contexto social ameaçador no qual se insere o cliente. Isso permite uma interpretação das relações microsociais vividas pelo cliente a partir de sua interação com as situações macrosociais típicas do contexto de globalização, abrindo a possibilidade de uma atuação clínica mais eficaz e gerando um maior discernimento das potencialidades e limites da psicoterapia. Uma pergunta instigante é sobre as implicações hermenêuticas e práticas para a terapia cognitiva a partir da incorporação da reflexão sociológica sobre o contexto da globalização e suas implicações clínicas. Para uma interpretação sobre a relação entre o contexto da modernidade periférica brasileira e a geração de crenças disfuncionais, ver Oliveira e Pires (2006).

### Considerações Finais

O interesse de historiadores da psicologia por uma leitura socialmente contextualizada de sua disciplina já data de algumas décadas (Brozek & Massini, 1998). Nosso artigo privilegiou essa abordagem historiográfica chamando a atenção para o fato de que uma sociologia do conhecimento é um dos recursos indispensáveis para contextualizar as construções do saber em psicologia. As teorias sociológicas sobre a globalização desenvolvidas por Giddens, Bauman e U. Beck mostram-se um instrumento rico para interpretar as movimentações histórico-epistemológicas na psicologia. Essas movimentações não podem ser captadas a partir da abordagem que parte da premissa cientificista de que o conhecimento científico se constrói autonomamente a partir de dinâmicas exclusivamente internas à própria ciência e a “seu método”. Procuramos demonstrar que a própria concepção que a psicologia tem de si mesma tem sido afetada pelo contexto social de globalização. Isso ficou claro na proposta reflexiva da terapia cognitiva de Aaron Beck, na qual a psicologia deixou de se apresentar como conhecimento propiciador de controle para a reestruturação de um novo sólido social. Diferentemente disso, a terapia cognitiva passou a perceber a psicologia como forma de recurso dos indivíduos para a reflexiva relação com o mundo social instável da globalização. Nossa abordagem não nega a contribuição da abordagem internalista para a história da psicologia, mas propõe a sociologia do conhecimento como indispensavelmente complementar para uma ampliação do espectro hermenêutico.

As teorias de Giddens e Bauman sobre a globalização conseguem deixar claro que a globalização tem produzido uma tendência de mudanças nas relações sociais em uma

velocidade sem precedentes na história. Esse contexto social de abertura e contingência impõe ao psicólogo a necessidade de tornar suas teorias objeto de uma atitude de revisão constante. Mais do que nunca, no contexto da globalização, não podemos ler as teorias da psicologia como dogmas cristalizados em obstáculos epistemológicos<sup>7</sup> (Bachelard, 1937/1996), mas como interpretações de um contexto social mutável e imprevisível, exigindo (as interpretações) sempre rupturas epistemológicas<sup>8</sup> (Bachelard, 1934/1994) por parte do sujeito interpretante. Esta postura hermenêutica de sensibilidade às mudanças macro e microsociais resultantes do contexto de globalização exige do psicólogo uma intensificação da interação entre psicologia e sociologia. Dada a complexidade multidimensional imposta pela globalização, conforme ilustra a obra de Santos (2005), nenhuma ciência social isoladamente poderá compreender seu objeto sem uma leitura mais macroscópica do contexto psicossocial da globalização. A necessidade de relacionar as crenças disfuncionais do cliente ao contexto da alta modernidade, conforme argumentado acima, ilustra nossa proposta de interação entre psicologia e sociologia.

Parece-nos plausível identificar a existência de uma crise hermenêutica e epistemológica nas ciências sociais, incluindo a psicologia. Tal crise decorre da acelerada complexificação de um mundo globalizado, e globalização significa um mundo em descontrole (Giddens, 1999/2007). Diante desse processo contingente e imprevisível, nossas teorias parecem se mostrar lentas e de perspectiva insuficiente quanto a interpretar a realidade. Há um evento recente que corrobora nossa interpretação acerca da existência dessa crise hermenêutica e epistemológica. Basta lembrarmos o passado recente da crise financeira internacional e suas consequências psicossociais, diante das quais sistemas especializados de conhecimento, como a economia, mostraram sua fragilidade hermenêutica no sentido de interpretar e projetar o futuro dessa crise. Se no final do primeiro semestre de 2009, a economia mundial deu sinais de uma possível recuperação<sup>9</sup>, não devemos esquecer da confusão recente no debate entre as previsões especializadas sobre sua duração e profundidade. É necessário concluir que a dificuldade de interpretação do quadro econômico da globalização e suas crises constantes desemboca na dificuldade de interpretar as consequências psicológicas dos fatos econômicos da globalização.

7 O conceito “obstáculo epistemológico” é usado pelo epistemólogo Gaston Bachelard para designar teorias científicas ensinadas como dogmas, bloqueando a possibilidade de outras ideias e impedindo a superação das teorias vigentes.

8 Gaston Bachelard usou o conceito de “rupturas epistemológicas” referindo-se ao movimento de aproximação à verdade mediante sucessiva retificação de erros.

9 A BBC Brasil (<http://www.bbc.co.uk/portuguese/lg/noticias>) publicou a matéria *Dados sugerem a recuperação da economia nos EUA e na Alemanha*, em 07 de agosto de 2009. Na Alemanha, as exportações subiram 7% no mês de junho, em comparação com o mês anterior, a maior alta em quase três anos. Nos Estados Unidos, o governo anunciou que a taxa de desemprego ficou em um nível mais baixo do que o esperado, e caiu de 9,5% em junho para 9,4% em julho, a primeira queda desde abril de 2008.

## Referências

- Bachelard, G. (1994). *O novo espírito científico*. Lisboa: Ed. 70. (Trabalho original publicado em 1934)
- Bachelard, G. (1996). *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto. (Trabalho original publicado em 1937)
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade* (M. Gama & C. M. Gama, Trans.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1997)
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência* (M. Penchel, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1999)
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 2000)
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 2003)
- Beck, U. (1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. Em A. Giddens, U. Beck & S. Lash (Eds.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (M. Lopes, Trad.) (pp. 11-71). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. (Trabalho original publicado em 1995)
- Beck, J. S. (1997). *Terapia cognitiva: teoria e prática* (S. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1995)
- Beck, A. T., Freeman, A., & Davis, D. D. (2005). *Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2004)
- Beck, A. T., Rush, A. J., Shaw, B. F., & Emery, G. (1997). *Terapia cognitiva da depressão* (S. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979)
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (F. S. Fernandes, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1966)
- Brozek, J., & Massini, M. (1998). *Historiografia da psicologia moderna: versão brasileira*. São Paulo: Loyola/Unimarco.
- Carnap, R. (1975). Testabilidade e significado. Em *Os pensadores* (P. R. Mariconda, Trad.) (pp. 177-219). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1936)
- Cartwright, D., & Zander, A. (1967). Origens da dinâmica de grupo. Em D. Cartwright & A. Zander (Orgs.), *Dinâmica de grupo: pesquisa e teoria*, Vol. 1 (D. M. Leite & M. L. M. Leite, Trans.) (pp. 3-38). São Paulo: E. P. U. (Trabalho original publicado em 1960)
- Castells, M. (2005). *A sociedade em rede* (R. V. Majer, Trad.). São Paulo: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1996)
- Dattilio, F. M. (2004). Famílias em crise. Em F. M. Dattilio, A. & A. Freeman (Orgs.), *Estratégias cognitivas comportamentais de intervenção em situações de crise* (M. A. V. Veronese, Trad.) (pp. 264-280). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2000)
- Dattilio, F. M., & Freeman, A. (2004). *Estratégias cognitivas comportamentais de intervenção em situações de crise* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2000)
- Dattilio, F. M., & Padesky, A. P. (1995). *Terapia cognitiva com casais* (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1990)



- Descartes, R. (1996). *Discurso do método* (M. E. Galvão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1637)
- Dittrich, A. (2008). Sobrevivência ou colapso? B. F. Skinner, J. M. Diamond e o destino das culturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 252-260.
- Epstein, N. B., & Schlesinger, S. E. (2004). Casais em crise (M. A. V. Veronese, Trad.). Em F. M. Dattilio & A. Freeman, (Orgs.), *Estratégias cognitivo comportamentais de intervenção em situações de crise* (pp. 243-263). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2000)
- Freud, S. (1976a). Análise terminável e interminável. Em J. Salomão (Org.), *Edição standart brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, Vol. 23 (pp. 231-270). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937)
- Freud, S. (1976b). O ego e o Id. Em J. Salomão (Org.), *Edição standart brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, Vol. 19 (pp. 13-82). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (1976c). Estudos sobre a histeria. Em J. Salomão (Org.), *Edição standart brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, Vol. 2 (pp. 39-318). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893)
- Freud, S. (1978). O futuro de uma ilusão (J. O. A. Abreu, Trad.). Em *Os pensadores* (pp. 85-128). São Paulo: Abril. (Trabalho original publicado em 1927)
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (R. Fiker, Trad.). São Paulo, Editora UNESP. (Trabalho original publicado em 1990)
- Giddens, A. (1993). *As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1992)
- Giddens, A. (1997). A vida em uma sociedade pós-tradicional (M. Lopes, Trad.). Em A. Giddens, U. Beck & S. Lash (Orgs.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (pp. 73-133). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. (Trabalho original publicado em 1995)
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1999)
- Giddens, A. (2007). *Mundo em descontrole* (M. L. X. de A. Bogges, Trad.). Rio de Janeiro: Record. (Trabalho original publicado em 1999)
- Granvold, D. K. (2004). Divórcio (M. A. V. Veronese, Trad.). Em F. M. Dattilio & A. Freeman (Orgs.), *Estratégias cognitivo comportamentais de intervenção em situações de crise* (pp. 300-316). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2000)
- Merton, R. K. (1970). *Sociologia: teoria e estrutura* (M. Maillet, Trad.). São Paulo: Mestre Jou. (Trabalho original publicado em 1949)
- Miller, L. (2004). Psicoterapeutas traumatizados (M. A. V. Veronese, Trad.). Em F. M. Dattilio, A. & Freeman, A. (Orgs.), *Estratégias cognitivo comportamentais de intervenção em situações de crise* (pp. 350-363). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2000)
- Moxley, R. A. (2001). The modern/postmodern context of Skinner's selectionist turn in 1945. *Behavior and Philosophy*, 29, 121-153.
- Moxley, R. A. (1999). The two Skinners: Modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.
- Oliveira, C. I., & Pires, A. C. (2006). O ideal de cura integral na nova espiritualidade evangélica brasileira: uma interpretação psicológica. *Estudos de Religião*, 31, 117-143.
- Parmênides (2000). Da natureza. Em J. T. Santos (Org.), *Da natureza - Parmênides* (pp. 16-31). São Paulo: Loyola. (Trabalho original publicado no séc. V A.C.)
- Pires, A. C. (2009). Ética do prazer e sociedade ateizante: uma análise socioteológica. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura*, 22, 48-56.
- Reinecke, M. A. (2004). Suicídio e depressão. Em F. M. Dattilio & A. Freeman (Orgs.), *Estratégias cognitivo comportamentais de intervenção em situações de crise* (M. A. V. Veronese, Trad.) (pp. 82-112). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2000)
- Santos, B. S. (2005). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortes Editora.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Free Press.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1978). *Walden II: Uma sociedade do futuro* (R. Moreno & N. R. Saraiva, Trans.). São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1948)
- Skinner, B. F. (1984). Selection by consequences. *Behavioral and Brain Sciences*, 7, 477-481. (Trabalho original publicado em 1981)
- Skinner, B. F. (1987). Why we are not acting to save the world. Em B. F Skinner's *Upon further reflection* (pp. 1-14). Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Watson, J. B. (1970). *Behaviorism*. New York: Norton Library. (Trabalho original publicado em 1924)
- White, J. R., & Freeman, A. S. (2004). *Terapia cognitivo-comportamental em grupo para populações e problemas específicos* (M. G. Armando, Trad.). São Paulo: Roca. (Trabalho original publicado em 2000)
- Williams, J. M. G., Van der Does, A. J. W., Barnhofer, T, Crane, C., & Segal, Z. S. (2008). Cognitive reactivity, suicidal ideation and future fluency: Preliminary investigation of a differential activation theory of hopelessness/suicidality. *Cognitive Therapy and Research*, 32, 83-104.
- Williams, J. M. G., Watts, F. N., Macleod, C., & Mathews, A. (2000). *Psicologia cognitiva e perturbações emocionais* (F. Anderson, Trad.). Lisboa: Climepsi. (Trabalho original publicado em 1997)

Recebido em 13.08.07

Primeira decisão editorial em 17.07.09

Versão final em 19.08.09

Aceito em 23.09.09 ■